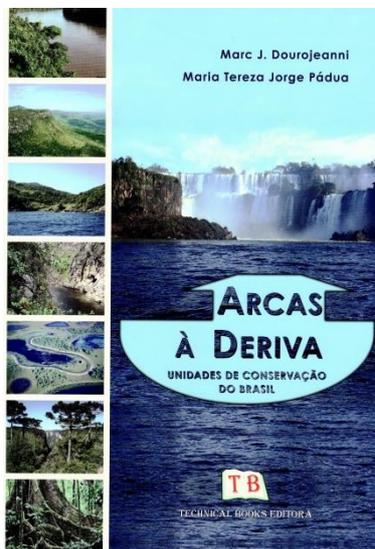


RESENHA:

DOUROJEANNI, Marc Jean; PÁDUA, Maria Tereza Jorge. **Arcas à deriva**: unidades de conservação no Brasil. Rio de Janeiro: Technical Books, 2013. 350p.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.
gustavocepolini@usp.br



A problemática das Unidades de Conservação (UC) não é hodierna no Brasil. Trata-se de uma temática muito complexa que envolve diferentes elementos e interesses, mesmo para um país que é considerado campeão no estabelecimento de UCs quando comparado à maioria dos países.

A partir desse breve cenário os autores Marc Dourojeanni e Maria Tereza Jorge Pádua, tecem uma leitura ampla e metafórica nessa obra, ao comparar a Arca de Noé à atual situação da conservação ambiental no Brasil. Nesse contexto, afirmam que diferentemente de Noé que seguiu firmemente o timão da barca e chegaram à terra firme com sua carga sã e salva, os governos brasileiros não sabem para onde vão com as Unidades de Conservação, e, por isso estão em constante deriva.

Dessa forma, além das críticas sobre a atual situação das UCs no Brasil, os autores caracterizam esse cenário e apontam algumas sugestões para que as áreas protegidas possam cumprir seu efetivo papel ambiental, e nesse devir acrescenta-se o domínio territorial.

Antes de apresentar algumas das críticas e sugestões cabe ressaltar que os autores possuem uma significativa atuação nessa temática; o peruano Marc, por exemplo, possui formação em Agronomia, Engenharia Florestal e doutorado em Ciências na Bélgica. É um dos mais conhecidos especialistas da América Latina na temática da conservação de recursos naturais, especialmente em áreas protegidas. Já atuou como professor no Peru e Canadá, e também ocupou cargos no Setor Florestal no Peru, além de posições em

organismos internacionais na *World Conservation Union* (IUCN), *World Commission on Protected Areas* (WCPA), *World Resources Institute*, etc.

Já a brasileira Maria Tereza Jorge Pádua, também é formada em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), pós-graduada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e possui treinamento no *US Park Service* na Universidade de Michigan - EUA. Atuou no Ministério da Agricultura com aviação agrícola, no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), sendo diretora do Departamento de Parques Nacionais. É uma das criadoras da Fundação Pró-Natura (FUNATURA) e desenvolve inúmeras consultorias na temática da conservação. Atou ainda no IBAMA, na CESP e na Fundação Boticário. No âmbito internacional pertenceu aos conselhos da *World Conservation Union*, *World Resources Institute* e do *World Wildlife Fund*. Os autores são casados e juntos são responsáveis pela criação de mais de 14 milhões de hectares em áreas protegidas no Brasil e no Peru, países em que atuaram na gestão de UCs¹.

Em relação à estruturação da referida obra, os próprios autores salientam que os textos são oriundos de publicações no jornal virtual “O ECO”, iniciadas em 2004, ou seja, representam quase dez anos de trabalho dos autores. Trata-se de uma leitura em partes simples para atender o público interessado na temática ambiental, sobretudo, no manejo das UCs. São mais de cem textos que reiteram a visão e a perspectiva para o desenvolvimento da conservação da biodiversidade do Brasil, mesmo com discursos contraditórios e, por vezes, acético em relação às populações tradicionais e camponesas, as quais cumprem um papel fundante frente à constante busca por uma verídica conservação das áreas protegidas no país.

No prefácio, escrito por Ibsen de Gusmão Câmara², destacam-se alguns apontamentos sobre a crítica pelo uso indiscriminado dos termos: sustentável e desenvolvimento sustentável, que justifica inclusive aquilo que não é sustentável. Assim como a situação de indígenas e áreas protegidas, que recentemente deparam-se com a criação de área de dupla afetação, ou seja, áreas que podem ser recategorizadas para atender à demanda das comunidades tradicionais; e, na abordagem da presente obra é vista como

¹ Essa área equivale a 3,3 vezes a área do estado do Rio de Janeiro.

² “Pioneiro do movimento ambiental brasileiro. Serviu durante 40 anos na Marinha de Guerra do Brasil, aposentando-se como vice-almirante. Foi Presidente da Comissão Brasileira para a Conservação da Natureza, da Fundação Biodiversitas e da Sociedade Brasileira de Proteção Ambiental. Foi do Conselho Nacional do Meio Ambiente. É conselheiro de inúmeras organizações ambientais, dentre elas a Fundação Grupo Boticário. É um notável ecólogo e paleontólogo e ademais tem desenvolvido muitos trabalhos sobre a Mata Atlântica e a biota marinha. É autor e coautor de 18 livros e de centenas de artigos” (DOUROJEANNI; PÁDUA, 2013, p. 11).

uma questão “esdrúxula”, preconceituosa e próxima à falácia pelo possível acultramento dos indígenas, que em tese, nem sempre protegem a natureza.

Nota-se, portanto, que os autores buscam referenciar apenas as UCs de proteção integral, talvez por constituírem um manejo e gestão mais restritivo do ponto de vista técnico e científico, o que lhes garantirá em tese, a sobrevivência num futuro próximo; diferente das UCs de uso sustentável, cuja gestão, a priori é compartilhada com a população.

Por isso, as contradições estão instaladas e precisam ser lidas e relidas no bojo da análise do discurso e do pensamento conservacionista que embasa a proteção ambiental, sobretudo, em áreas integrais, ou seja, aquelas avessas à presença humana.

Indagações do tipo: ainda existe um paraíso na Terra? Quem cuida do Paraíso? Paraísos duplamente afetados? Proteção sem dinheiro e sem gente? São recorrentes nas análises, e caso os leitores não se atentem ao lugar social e histórico dos autores, correm sérios riscos de ler parcialmente a situação das áreas protegidas, da biodiversidade, e, sobretudo, da contribuição das comunidades tradicionais e camponesas para proteção ambiental. Tal situação é nítida quando os autores falam da “ignorância popular”, ou seja, de forma pejorativa remetem a culpa do atual caos do patrimônio natural pela ausência de informação e conhecimento da população, seguido da ausência da democracia no país.

A destruição do ambiente natural – leia-se: ecossistemas e biomas – está presente em diferentes cenários analisados pelos autores. Dessa forma, mencionam os ecologistas, ambientalistas de um lado e de outro analisam e criticam o “socioambientalismo”, visto que esse foi cunhado, possivelmente para buscar uma originalidade que o justifique em função da tendência de distanciar do ambientalismo. Por isso, reiteram que foram criadas “supostas diferenças ou encontrando algumas muito reais que, no final das contas, têm dividido e prejudicado tremendamente o já fraco movimento ambiental” (p. 48).

Os autores tecem nítidas críticas ao socioambientalismo, e afirmam seguidas vezes que essa corrente diz que as UCs foram feitas “triturando os direitos das populações locais e massacrando as que se opuseram” (p. 49). Dentre outros exemplos, atribuem que o socioambientalismo está ancorado em sociólogos que utilizam de discursos que as áreas protegidas são imposições dos norte-americanos, e reinventam os parques de papel para denegrir os esforços para conservar amostras da natureza.

Esse cenário contraditório é recorrente na obra, o que por vezes remete ao material original, ou seja, tais textos inicialmente foram elaborados para um jornal *on line*, o que não exime os autores de apresentarem a questão da proteção ambiental de diferentes pontos de

vista. Isso fica claro com o teste que os autores propõem para os leitores para verificarem se esses são ou não socioambientalistas. E, nesse devir, pode-se deparar novamente com situações preconceituosas, como exemplo refutam parte da história de luta de Chico Mendes em determinados momentos.

Sobre a questão dos Parques Nacionais, ou seja, unidades de conservação integrais, sem pessoas, portanto, fazem algumas ponderações atreladas aos congressos internacionais de conservação ambiental e apontam que em muitos desses eventos pode-se discutir sob o ideário de “Florestas para o Povo” e “Parques para o Povo”. Nesse processo assumem a posição de que essas áreas são protegidas para as pessoas, e que essas, ou parte delas, destroem a natureza.

Diante dessa perspectiva, grande parte, ou a totalidade da obra está ancorada nesse paradigma, e, por isso, refutam o socioambientalismo e conseqüentemente as unidades de conservação de uso sustentável, como a Reserva Extrativista construída a partir dos seringueiros da Amazônia com a contribuição de Chico Mendes, dos povos das florestas e tantas outras pessoas ligadas aos movimentos sociais, sindicais e acadêmicos.

A partir das UCs de uso sustentável os autores reconhecem um segundo problema para conservação no país, esse refere-se às populações indígenas. Essa análise superficial perpassa as terras peruanas e brasileiras. Nesse sentido, mencionam a questão dos índios isolados e dos indígenas que perderam a “linhagem” e a “cultura” em detrimento da cultura do “*jeans com coca-cola*”.

Utilizam ainda de alguns exemplos, cujas fontes são suprimidas, tais como o fato de 24% dos índios brasileiros serem urbanos, de que muitos alugam as terras para cultivo de soja, caciques que vendem as florestas aos madeireiros e cobram porcentagem de garimpeiros entre outras análises, no mínimo equivocadas que podem e devem ser desconstruídas.

O ponto mais crucial dessas análises envolvendo indígenas e UC é expresso na seguinte afirmação: “no Brasil menos de 900.000 índios, dos quais muitos vivem em áreas urbanas, já possuem 110 milhões de hectares e ainda pedem muito mais. Eles são, sem dúvidas, os maiores latifundiários do país” (p. 87).

Trata-se de uma afirmação contraditória e reforça o ideário das Unidades de Conservação Integrais avessas à presença humana. Nesse contexto, os autores dizem que em 2006 foi proposto um novo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que inclui territórios indígenas e quilombolas como áreas protegidas, assim como áreas de preservação permanente e das reservas legais como novas categorias de áreas protegidas.

Os autores são contrários com o mero argumento de uma situação confusa, não definida pelos mesmos. Provavelmente perpassa pela regularização fundiária e os direitos territoriais plenos das populações tradicionais.

Pode-se observar outro elemento para a suposta confusão, o fato de o SNUC conter diferentes denominações para as unidades de conservação federais, o que na perspectiva dos autores somente os especialistas as conhecem, o que em partes dificulta o processo de gestão dessas áreas.

Em relação às sugestões sobre a gestão das unidades de conservação os autores apresentam treze propostas que perpassam pela criação de um sistema integrado de UC, aumento dos recursos humanos e pela regularização fundiária, visto que a maioria das áreas, não estão sob o domínio do Poder Público. Nesse contexto prosseguem com duras críticas a Chico Mendes e ao ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado em 2007 com a responsabilidade de gerir as UCs no Brasil. “O Instituto Chico Mendes não é o que nós, os que lutamos tanto por proteger o patrimônio natural do Brasil, procurávamos. É quase a antítese de nossos anseios” (p. 223-224).

Tal cenário evidencia a opção teórica dos autores, ou seja, as áreas de proteção integral que excluem as populações, sejam elas tradicionais ou não, servem para em tese manter intocado o patrimônio natural. Nota-se na leitura da obra alguns exemplos bem sucedidos na gestão de UCs, tais como no Parque Nacional da Serra do Cipó em Minas Gerais, o Parque Nacional de Foz do Iguaçu no Paraná e a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do SESC no Mato Grosso do Sul³; tais exemplos precedem a leitura dos autores inerente às Áreas de Preservação Ambiental (APA) e suas fragilidades. Dessa maneira, indicam uma revisão urgente da sua finalidade, pois, “[...] como é a categoria mais fácil de ser decretada e mais útil para fins demagógicos, foi usada a torto e direito chegando-se ao absurdo de se estabelecer uma APA até no Jockey Club de uma capital⁴ [...]” (p. 151).

Os autores mencionam, ainda, o papel de ONGs nesse debate e os perigos em algumas ações e, sobretudo, na gestão ambiental. Nesse contexto, retomam a questão dos “novos heróis ambientais” no país e questionam o papel de Chico Mendes e Dorothy Stang, ambos assassinados na Amazônia por defenderem outro modelo de desenvolvimento para região⁵. Há novamente um desencontro em relação ao papel desses

³ Conhecida como Sítio Ramsar com 88.000 hectares.

⁴ Os autores não mencionam a capital em questão no decorrer da obra.

⁵ Vale salientar que no período de 1964 a 1985 foram registrados 1106 assassinatos de trabalhadores rurais, lideranças e populações tradicionais envolvidas em conflitos no campo brasileiro e no período de 1985 a 2014 temos o registro de 1723 assassinatos no Brasil e 1307 ocorrências no campo brasileiro. Nota-se que a

dois importantes sujeitos sociais que lutaram e deram a vida pela “causa social”, como apregoam os autores.

Trata-se de uma breve incursão sobre uma problemática ampla e complexa que os autores não aprofundam talvez por divergência ou simplesmente por acreditarem que há apenas um caminho, ou seja, o das UCs de proteção integral sem pessoas. Daí a fecunda crítica ao socioambientalismo, pois, nas suas análises,

[...] as áreas protegidas de uso sustentável, as eufemisticamente denominadas de uso sustentável, vão ter muito menos possibilidades de sobreviverem nas próximas décadas que as verdadeiras áreas protegidas, onde não se exploram nem destrói legalmente a natureza (p. 332).

Essa afirmação esclarece muitas análises dos autores, bem como as teorias em relação às Unidades de Conservação no Brasil e no mundo. A falácia prevista pelos autores já está acontecendo, inclusive, nas UCs de proteção integral que na sua maioria são irregulares no tocante ao próprio domínio territorial. Diante disso, espera-se que a “arca” retome seu rumo para preservar o patrimônio natural, respeitando os direitos humanos e territoriais.

REFERÊNCIAS

DOUROJEANNI, Marc Jean; PÁDUA, Maria Tereza Jorge. **Arcas à deriva**: unidades de conservação no Brasil. Rio de Janeiro: Technical Books, 2013. 350p.

Recebido para avaliação em 22/05/2016
Aceito para publicação em 09/08/2016